

EIXO 2: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE FORMAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

O UNIVERSO ESCOLAR: DESAFIO DA RELAÇÃO ENTRE O PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO) E O PDE ESCOLA (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA)

Crisolita Gonçalves dos Santos Costa
Universidade Federal do Pará/UFPA
egs_costa1009@hotmail.com

Resumo: Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado *O PDE Escola: autonomia e qualidade do ensino na gestão educacional em Igarapé-Miri e na Escola Rio Tocantins*, desenvolvida na Universidade Federal do Pará. Objetivamos apresentar as reflexões construídas no universo escolar pesquisado sobre o desafio das relações estabelecidas a partir da elaboração e implantação do PDE Escola e do PPP, reflexões essas, construídas através da pesquisa de campo com base na pesquisa qualitativa. Nossas aproximações conclusivas nos indicam que o PPP é a identidade da escola, enquanto a proposta do PDE é mais estratégica, não necessitando de um aprofundamento dessa identidade da escola.

Palavras-chave: Projeto Político- Pedagógico; PDE Escola; universo escolar.

O UNIVERSO ESCOLAR: DESAFIO DA RELAÇÃO ENTRE O PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO) E O PDE ESCOLA (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA)*

Crisolita Gonçalves dos Santos Costa**
Universidade Federal do Pará/UFPA
cgs_costa1009@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As evidências aqui relatadas se sustentam na base de resultados da pesquisa realizada no período de 2008 a 2012 no programa de pós Graduação da Universidade Federal do Pará, por meio da dissertação de mestrado intitulada “o PDE Escola: autonomia e qualidade do ensino na gestão educacional em Igarapé-Miri e na Escola Rio Tocantins” por mim elaborada sob a orientação da Prof^a Dr^a Ney Cristina Monteiro de Oliveira. O Objetivo da pesquisa era analisar quais as medidas acionadas pela Secretaria Municipal de Educação de Igarapé-Miri a fim de viabilizar a efetividade na gestão do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) observando se tais ações levavam ao alcance dos objetivos propostos pelo Plano em termos do fortalecimento da autonomia e da qualidade do ensino.

No artigo aqui sugerido nos propomos a fazer um recorte do relatório da pesquisa enfatizando apenas o universo escolar pesquisado por meio da discussão entre as articulações realizadas e/ou planejadas pela escola entre o Projeto Político Pedagógico e o PDE Escola.

O Projeto Político Pedagógico da escola, enquanto consolidado em legislação nacional por meio da LDB (93.94/96) e Plano Nacional de Educação tem se solidificado como a construção da proposta da escola, construção esta que ajuda na organização do trabalho da escola e deve ser embasada nos princípios norteadores de uma escola democrática que segundo Veiga (2011) são: *igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério*. Com base nesses princípios a escola coletivamente, deve buscar construir sua identidade que revelará o que ela é hoje e ajudará na proposição do que almeja ser amanhã.

*Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “O PDE Escola: Autonomia e qualidade do ensino na gestão educacional em Igarapé-Miri e na Escola Rio Tocantins”, desenvolvida no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Pará e defendida em 2012.

** Aluna do curso de Doutorado em educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Pará.

O PDE Escola O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) é implementado através do FUNDESCOLA¹ (Fundo de Fortalecimento da Escola), um Programa do Ministério da Educação (MEC) de responsabilidade direta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O FUNDESCOLA foi proveniente de um acordo de financiamento firmado entre o MEC e o Banco Mundial (BM), com o objetivo de promover a realização de ações e projetos voltados para a formação continuada dos professores, para a implantação de metodologias de planejamento estratégico e de gestão educacional e para a adequação dos prédios escolares.

Segundo França (2006, p.161):

O PDE tem por objetivo reorganizar a instituição escolar orientando para o atendimento eficiente do aluno, levando em conta o foco das ações da escola, contribui para a qualidade do atendimento ao educando (estimulando a competência e a autonomia dos professores em sua prática pedagógica), bem como para o aperfeiçoamento da gestão da escola pública e a melhoria da qualidade do ensino.

Tanto o PPP quanto o PDE Escola “habitam” o universo escolar nos desafiando a compreender como essas relações estão sendo estabelecidas de forma a assegurar que uma escola de mais qualidade seja efetivada, este é o objetivo de nosso artigo que para além de expor o relatório da pesquisa nos impulsiona a compreender as relações do espaço escolar, sua forma de organização, seu processo de aprendizagem e estabelecimento das relações com os sujeitos envolvidos nesse processo revelam que é aí no espaço escolar que as relações mais diretamente se entrecruzam e as políticas públicas e suas perspectivas conceituais se materializam.

Nosso artigo é composto de dois subtítulos um que apresenta o Projeto Político Pedagógico da Escola Pesquisada destacando como se deu esse processo de elaboração, bem como os principais elementos constitutivos desse projeto. O segundo subtítulo apresenta o PDE Escola da escola pesquisada, nele conhecemos de forma mais aproximada o que propõe o PDE Escola pesquisada, quais os principais problemas que serão “atacados” pela escola e as ações planejadas tudo objetivando que a melhoria na qualidade do ensino seja uma constante do universo escolar. Por meio da conclusão de nosso texto temos a oportunidade de mais especificamente levantarmos novas inquietações sobre a relação do PPP e do PDE Escola no universo escolar desafiando-nos a refletirmos como essas relações conduzem a melhoria da qualidade do ensino.

1-O Projeto Político Pedagógico da Escola Rio Tocantins

A pesquisa buscou inicialmente compreender que elementos na Escola Rio Tocantins eram considerados como constituintes de uma prática pedagógica autônoma, onde foram citados pelos entrevistados: o Conselho Escolar, o Projeto Político Pedagógico e o próprio PDE Escola, enquanto viabilizador de recursos financeiros para a escola. Assim fomos instigados a dissertarmos sobre o PPP da escola que naquele momento da pesquisa acabara de ser elaborado.

Assim no ano de 2011, depois de 16 anos de promulgação da lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes para a educação brasileira e institui a gestão democrática da escola como princípio educativo e estabelece que cada escola possa elaborar sua proposta pedagógica, a escola Rio Tocantins iniciou o processo de elaboração de seu Projeto Político Pedagógico principalmente a partir da exigência da Secretaria de Educação que segundo um, dos sujeitos entrevistados “deu prazo para que cada escola do município elaborasse o seu PPP e apresentasse uma síntese do mesmo”. A partir de tais determinações a escola pesquisada iniciou a elaboração de seu PPP. Essa realidade nos possibilita a reflexão de que ainda é preocupante no quadro educacional que muitos municípios a pós a promulgação da LDB 9.394/96 que assegurou a elaboração participativa da proposta pedagógica da escola, ainda precise do estabelecimento de datas e prazos para elaborar seu PPP.

Um dado muito importante que a pesquisa nos apontou se relacionava ao processo de construção do PPP, pois o mesmo segundo um dos sujeitos entrevistados ficou sob a responsabilidade de uma das coordenadoras da escola.

[...] uma das coordenadoras tomou sobre si a responsabilidade de coordenar, então ela fez a diagnose através dos questionários que foram dados aos pais, aos alunos, aos servidores, aos professores, à própria equipe gestora (coord. pedagógica).

A afirmação da entrevistada nos indicou que a escola já estava se organizando a partir da elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, entretanto é importante ressaltarmos que quando se pretende estabelecer novas relações de organização do trabalho pedagógico,

está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico (VEIGA, 2011, p, 31).

A Escola Rio Tocantins, portanto, na tentativa de “otimizar o trabalho” acabou por desconsiderar que a participação coletiva é fundamental quando se deseja construir novas

relações no espaço escolar, pois é nesse momento de construção coletiva que se evidencia que

se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, proporcionando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo, a descentralização do poder (ibid, p. 31).

Nesse contexto, o PPP não deveria ficar sob a responsabilidade de uma única coordenadora pedagógica, embora na fala da entrevistada esteja explícito que houve um processo de participação (que consideramos limitado) dos segmentos ao responderem a um questionário, aplicado para a construção da diagnose da escola. Essa situação é referendada por um dos sujeitos entrevistados, que apesar de não saber que o PPP estava concluído, afirmou que os professores ajudaram na construção da diagnose da escola.

Essa informação, no entanto, não deixou explícito que exista uma participação por meio de um grupo de sistematização e discussão das informações para compor esta diagnose, apenas nos deixou evidente que os professores participaram da elaboração da diagnose. Tal proposição nos evidencia que no processo de elaboração do PPP a participação dos sujeitos escolares é importante e os coordenadores pedagógicos são, nesse processo de gestão, o apoio, os organizadores, mas precisam, em conjunto com os gestores escolares, com a comunidade escolar em geral, perfazer os caminhos que devem ser seguidos em uma sintonia que revele verdadeiramente aonde se quer chegar e com quais objetivos, portanto a participação dos membros da comunidade escolar precisa ir além da elaboração da diagnose. Os sujeitos escolares precisam participar de todo o processo a fim de que todos, em sintonia, possam atuar na melhoria das situações problema vivenciadas na escola, pois o PPP é a própria reflexão do cotidiano escolar, de suas rupturas entre aquilo que temos e o que desejamos na consolidação de uma nova proposta escolar que verdadeiramente atendam as necessidades e especificidades de sua comunidade.

O PPP da escola que tem como título “*Desafios e perspectivas de um fazer coletivo, democrático e inclusivo*”, não temos informações se a escolha desse título envolveu os segmentos escolares ou foi uma decisão mais restrita ao grupo de gestores e/ou coordenadores pedagógicos, pois, como já foi citado anteriormente, a elaboração ficou sob a responsabilidade direta de uma coordenadora pedagógica da escola.

A cópia do PPP, embora não apresentasse um sumário, estava organizado segundo os itens: introdução, justificativa, identificação, contexto, contexto histórico, contexto escolar,

sujeitos atendidos, ofertas de cursos, dimensão física, das finalidades, missão, dos princípios filosóficos, dos objetivos, metas, ações, concepção de escola, concepção de gestão, concepção de currículo, concepção de avaliação, concepção de inclusão, concepção de professor e aluno, perfil do professor, perfil do aluno, educação básica, educação de jovens e adultos, avaliação institucional, conselho de classe, atividades a serem desenvolvidas, projetos a serem desenvolvidos, considerações finais e referências bibliográficas.

Nossa análise abordará as finalidades, missão, metas, ações, atividades e projetos a serem desenvolvidos, para que possamos identificar que relação o PPP pode ter com a proposta do PDE Escola na escola pesquisada, uma vez que ele se caracteriza enquanto um instrumento de gestão da escola.

Segundo o PPP da Escola Rio Tocantins, ela (a escola) tem como finalidade:

A construção do conhecimento por meio de uma educação de qualidade, com o objetivo de preparar sujeitos críticos, participativos e cooperativos para a construção de uma sociedade onde todos possam agir com autonomia (2011, p.10).

Observamos que a finalidade da escola, expressa no PPP, destaca dois elementos importantes que são a qualidade do ensino e a autonomia escolar. Embora na finalidade do documento não esteja clara qual a concepção de qualidade de ensino e nem quais os seus indicadores, o mesmo não acontece com a autonomia, pois o documento assume e registra a concepção de autonomia dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ao destacá-la como:

A capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativamente e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar de gestão de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos, etc (PPP da Escola Rio Tocantins, 2011, p.10).

Consideramos importante destacar que os PCNs também nascem na efervescência das políticas neoliberais em nosso país e, é nesse contexto que a autonomia passa a estar ligada a um discurso de retirar do Estado sua responsabilidade direta na condução dos processos educacionais no que diz respeito em atuar na promoção da melhoria e da qualidade do ensino, repassando esta responsabilidade diretamente para a sociedade e ficando apenas como órgão mais centralizador e formulador das políticas, associando a autonomia e a qualidade do ensino a um processo que deve ser buscado e vivenciado diretamente pela escola.

Ao tratar da missão da Escola Rio Tocantins, o documento destaca:

Educar para favorecer o desenvolvimento de uma escola mais justa, contribuindo para a formação da identidade do sujeito de modo que todos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características ou necessidades especiais possam construir juntos um mundo de igualdades e solidariedade (PPP da Escola Rio Tocantins, 2011, p.10).

A missão da escola explicita a opção de inclusão proposta desde o título do PPP, o que demonstra que ela assume essa opção como condutora das relações na unidade do ensino e que está preocupada com a formação de um sujeito que consiga, além de desenvolver-se, ajudar no desenvolvimento de uma sociedade mais justa para todos. Observamos que na missão da escola não aparece claramente a coletividade e a democracia, também opções descritas no título como proposições para o fazer pedagógico. Talvez a realidade vivenciada no momento de elaboração da missão da escola, por conta do processo de inclusão que ela assume no município² tenha sido considerada como a principal ação da escola, suplantando assim, sem intencionalidade direta, o “desafio e perspectiva do fazer coletivo e democrático” (PPP da Escola Rio Tocantins, 2011) o que consideramos lamentável, pois acreditamos que só conseguiremos construir uma sociedade mais justa quando coletivamente pensarmos e organizarmos nossas relações e vivências escolares de forma mais democrática, incluindo aí um processo educativo realmente de inclusão de todos os seus sujeitos.

No que se relacionava a questão das metas projetadas para a escola o PPP apresentava-as num total de catorze. Logo de início no que se relaciona a isso o próprio PPP informa “que as metas foram levantadas com base no PDE e no atual diagnóstico feito pela escola” (PPP da Escola Rio Tocantins, 2011, p. 14). Esta proposição nos põe em alerta na análise dessa relação do PPP com o PDE Escola onde o PPP é elaborado com base nos dados e informações obtidos pelo PDE Escola possibilitando a compreensão de que para a escola os dois são complementares e não propostas filosóficas diferentes. Nossa proposição se sustenta na afirmação de Veiga (2001) de que o PPP é um Projeto Político-Pedagógico que passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade e na afirmação de Fonseca (2009) de que o Plano de Desenvolvimento da Escola é uma modalidade de planejamento que se propõe a inovar a gestão escolar com base na matriz gerencial e ele afeta o cotidiano da escola, não se configurando, no entanto, como ação política, que seja capaz de construir a identidade da escola e de projetá-la para o futuro, como propõe o PPP. Assim é importante observamos que a escola talvez ainda não tenha a careza da distinção das duas propostas.

Retornando a questão das metas observamos que segundo Oliveira (2011, p.146), “a meta é a quantificação do objetivo, é a etapa ou passo intermediário para se alcançar

determinado objetivo”, assim as metas precisam estar diretamente relacionadas aos objetivos propostos. Se tomarmos por base esse conceito de metas, observaremos que nas metas do PPP da escola pesquisada não há uma opção de meta como quantificação do objetivo, o que pode ser observado por meio da redação, pois, os objetivos do PPP aparecem sem a ideia de quantificação.

Das catorze metas estabelecidas apenas duas são quantificáveis e estão diretamente relacionadas a melhorar os índices educacionais da escola nas disciplinas críticas e na aprovação geral, o que nos deixou a evidencia de que pelo fato da escola não ter realizado um amplo processo de estudo e compreensão do que era o PPP acabou por elaborar um projeto apressado, só para cumprir a determinação da Secretaria Municipal de Educação e assim não passará de mais um plano elaborado e guardado apenas como registro da escola.

Ao tratarmos das ações contidas no PPP consideramos importante destacarmos que algumas delas são apresentadas de forma muito vagas e não nos dão a compreensão de como realmente serão efetivadas. É o caso da ação 11- “Programa Mais educação” e a ação 17 “aumentar o IDEB da escola de 2.7 para 3.1”. O PPP não deixa claro como essas ações acontecerão. Ao ler o PPP, não sabemos identificar o que realmente a escola vai fazer com o Programa Mais Educação. Será que ela irá implantá-lo? Será que ele já existe na escola? Que atividades serão desenvolvidas? O que a escola irá fazer para aumentar sua nota no IDEB? Essas interrogações nos fazem refletir que todas as ações propostas pelas escolas precisam estar bem definidas, não só para que todos os envolvidos no processo educacional as compreendam, mas para que sintam confiabilidade na escola por meio de suas ações e assim possam envolver-se e contribuir cada vez mais, pois:

Dessa forma, caminhos e descaminhos, acertos e erros não serão mais da responsabilidade da direção ou da equipe coordenadora, mas do todo que será responsável por recuperar o caráter público, democrático e gratuito da educação estatal, no sentido de atender os interesses da maioria da população (VEIGA, 2003, p. 279).

Ao fazer referência às atividades, o PPP registra que elas foram discutidas com os funcionários da escola além do corpo docente, e que elas estão todas registradas no PTA (Plano de Trabalho Anual) da escola e que esse estaria no anexo do projeto, entretanto, a cópia recebida não possuía nenhum documento em anexo, dificultando que pudessemos analisá-lo.

No que se relaciona aos projetos a serem desenvolvidos, estes estão registrados no PPP com o intuito de:

Instigar e incentivar os alunos a pesquisa, ao trabalho em equipe e a construção do conhecimento, possibilitando o redirecionamento do planejamento e das práticas pedagógicas. Oportunizando a reflexão ao propor abordagens significativas que levem ao desenvolvimento de conceitos acerca da realidade (PPP da Escola Rio Tocantins, 2011, p. 38).

Assim, os projetos estão listados em um total de seis, apresentam seus objetivos e abrangem as atividades a ser desenvolvidas como: Feira de Ciências da Escola, o trabalho com LIBRAS tanto em sala de aula como em todo o ambiente escolar, a parceria Escola e Família, o Projeto Mais Educação, destacando a execução de oficinas ligadas ao Apoio Pedagógico, Promoção de Saúde, Esporte Lazer, Cultura e Arte. O PPP ainda apresenta um Projeto denominado “Segundo Tempo”³, mas não faz nenhum tipo de referência ao que compreende por esse projeto, seus objetivos e atividades de implementação. Um vazio bem no meio dos projetos propostos.

Ainda destacando a questão das atividades propostas pelo PPP da escola destacamos, a partir de Veiga (2003, p. 275) que:

Sob esta ótica, o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos.

Acreditamos que o PPP da Escola Rio Tocantins reflete um grande esforço em direção a uma proposta educativa inclusiva, mesmo que a inclusão seja aqui destacada apenas como a inclusão dos deficientes nas turmas regulares, com a preocupação em tentar respeitá-los em suas diferenças, limitações e avanços e propiciar a interação com os outros membros da comunidade. Não devemos esquecer, porém, que uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que acolhe, ouve, respeita a diversidade de proposições, de ideias, e de posicionamentos e este é o grande desafio da escola de hoje: atender sua clientela nas suas variadas necessidades, respeitando seu universo cultural e seus valores de forma democrática, pois como nos alerta Oliveira (2000, p. 82):

O respeito democrático aos direitos dos indivíduos, das minorias e das maiorias marginalizadas leva-nos a questionar o monolitismo pouco plural das políticas educacionais e da cultura oficializada na estrutura da escola e nos currículos, nos livros didáticos e na prática educacional.

O PPP, no entanto, não se configurou com a real identidade da escola pesquisada, pois não contou com a participação de seus sujeitos em todo processo de definição, não

somente da concepção da escola, mas também na compreensão das relações aí estabelecidas, uma falha muito grande, mas comum quando as escolas deixando seu direito de pensar e construir o espaço escolar para apenas cumprir determinações dos órgãos superiores de educação, reforçam que o que a leis regulamentam para o espaço escolar ainda não conseguem ser de fato efetivadas.

2- O PDE Escola da Escola Rio Tocantins

A escola pesquisada elaborou seu PDE Escola no ano de 2008 e segundo um dos sujeitos entrevistados, esse percurso contou com diversas dificuldades, dentre elas, o fato de não poder contar com o apoio de cem por cento dos membros da escola em sua elaboração. Em relação a participação dos membros da comunidade escolar na elaboração do PDE Escola, França (2006, p. 162) nos afirma que:

considera-se imprescindível frisar que a dinâmica das escolas beneficiadas com os recursos oriundos desse Fundo deve primar pelo envolvimento dos funcionários, alunos e pais, em um processo democrático, considerando serem esses recursos essenciais ao desenvolvimento da instituição de ensino.

Essa elaboração coletiva do plano atribui-lhe um caráter democrático, uma vez que é construído com representatividades de coletivos envolvidos na escola. Mas ter a representatividade na elaboração de um plano não pressupõe uma gestão democrática, uma vez que ela necessita de agentes co-partícipes responsáveis e atuantes na solução de situações-problema. Tais situações necessitam de ações concretas que estimulem um direcionamento no pensar e agir dos membros da escola, tornando-a espaço de e para todos.

Outro fator indicado como dificuldade no percurso de elaboração do PDE Escola na escola pesquisada se referia ao fato de estar associado a um programa do Governo Federal e este aos índices negativos de desempenho dos alunos, isso revelava um desconforto no discurso de alguns sujeitos e certa descrença na proposta. Esses desconfortos e descrenças se caracterizavam principalmente, pois a partir do lançamento do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) em abril de 2007 o PDE Escola passou a ser um grande mecanismo de distribuição de recursos financeiros para as escolas que não tivessem alcançado os níveis estabelecidos pelo IDEB (Índice da Educação Básica), muitos sujeitos da escola viam ali a compreensão de que estavam sendo “obrigados” a construir um plano que os “livraria” dos baixos índices, no entanto não acreditavam nisso.

Outra dificuldade relacionada ao processo de elaboração do plano, segundo alguns sujeitos entrevistados, dizia respeito à participação do gestor escolar na elaboração do mesmo.

Na elaboração em si, participando diretamente, não me lembro dele ter participado, mas a gente sempre entrava em contato com ele para saber algumas coisas, mas que eu lembre quem se empenhou mesmo foi a Dona S. a E. (as coordenadoras pedagógicas) eu e o prof. A. que também era membro do Conselho Escolar (Professora A).

Observamos, assim que a elaboração do Plano não contou com a participação efetiva do gestor escolar, ficando essa tarefa na responsabilidade das coordenadoras pedagógicas e de dois professores que ajudaram nessa elaboração. Embora o gestor não tenha participado da elaboração direta do plano, nossa entrevistada informou que o mesmo não dificultou o processo ficando informado de todas as ações propostas. A ausência do gestor na elaboração do plano nos dá a visão de que realmente o plano não seguiu as etapas propostas, uma vez que o manual considera a participação da liderança da escola como essencial para essa construção.

Porque é ela que conduzirá o processo de elaboração e implementação do PDE e porque o sucesso da escola depende em grande parte de uma liderança competente. Sem o compromisso, o envolvimento e o suporte explícito energético da liderança não há como implementar o PDE (XAVIER; AMARAL - SOBRINHO, 1999, p.15).

Embora o manual de elaboração cite outros membros da escola, entre esses o vice-diretor, o coordenador pedagógico, o orientador e o secretário como lideranças na escola, esse fato nos impele a questionar como uma escola pode pensar num plano de gestão que lhe possibilite projetar melhorias na qualidade do ensino sem que seu gestor possa participar desse processo?

A participação dos sujeitos no contexto escolar possibilita a condução do processo de forma que os objetivos coletivos sejam alcançados, assim é de fundamental importância que todos participem da identificação, análise e superação dos problemas encontrados. O PDE Escola, enquanto plano que propõe o desenvolvimento da escola, nos possibilita uma forma organizada de identificação dos problemas encontrados ao propor que a escola realize sua Análise Situacional por meio do seu Diagnóstico, a fim de que através da coleta e análise dos dados sejam identificados os principais problemas a serem atacados por meio do Plano de Ação e é por meio deste plano de ação proposto que buscaremos compreender como vem sendo estabelecida essa relação no ambiente escolar entre o PDE Escola e o PPP.

Tomando por base o manual de implantação do PDE Escola, a Escola Rio Tocantins realizou sua Análise Situacional e construiu seu diagnóstico utilizando para isso os dados

escolares, as informações referentes à atuação dos profissionais, à estrutura da escola e seus mecanismos de gestão. Apesar de não seguir todos os passos indicados no manual de implantação do PDE Escola, como já foi citado anteriormente, a escola não deixou de trabalhar na identificação de seus problemas, e definiu para ser atacados prioritariamente os quatro problemas listados a seguir, a partir dos quais foram definidas as metas, estratégias e ações do Plano de Ação da Escola, em que deveriam ser aplicados os recursos encaminhados do Governo Federal, sob administração direta do Conselho Escolar. Os problemas foram: (1) Baixo desempenho nas disciplinas Português, Matemática e Geografia, (2) Alto índice de distorção idade-série, (3) Alto índice de evasão nas 5^a séries e no EJA, (4) Falta de formação continuada.

De posse da diagnose realizada e encontrados os problemas, observamos que aqueles que foram considerados prioritários pela escola pesquisada indicam que não estão distanciados dos problemas de modo geral encontrados nas escolas brasileiras, pois ao analisar o manual de implantação do PDE Escola, observamos que para a construção da Análise Situacional, é definido o perfil e funcionamento da escola, o desempenho acadêmico dos alunos, além da listagem das disciplinas com baixo desempenho, por série, turma e turno, também denominadas de disciplinas críticas, além da identificação de “outros” problemas e a listagem daqueles a ser atacados prioritariamente.

Com base nos problemas encontrados, a escola pesquisada pode projetar suas ações contando com os recursos que poderia utilizar e que estavam disponíveis via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e PDE Escola.

O Plano de Ação é a real projeção dos passos que a escola seguirá para a superação das situações - problema. No Plano observamos que as ações se configuram em avaliações de desempenho dos alunos, na formação continuada para os profissionais, na aquisição de kits pedagógicos, na realização de oficinas no contra turno para os alunos, na elaboração da Proposta Pedagógica da Escola, além da compra de equipamentos pedagógicos.

Ao analisarmos as ações previstas para melhorar o desempenho acadêmico dos alunos percebemos que elas se repetem em realizar ações pedagógicas, implantar uma sistemática de acompanhamento do desempenho dos alunos, elaborar programa de capacitação para os professores, realizar oficinas no contra turno, realizar reuniões bimestrais para análise dos resultados, adquirir kits de materiais pedagógicos e comprar materiais e equipamentos como data show, livros, assinaturas de revistas, ventiladores, centrais de ar, micro computadores, televisor, entre outros. Essas ações nos dão a impressão de que os

problemas, embora estejam localizados em disciplinas diferentes, serão resolvidos da mesma maneira, sem que sejam destacadas as particularidades de cada disciplina e seus problemas.

Passada a fase de chegada e elaboração do PDE na escola ele passa a ser visto pelos sujeitos escolares como importante, pois ajuda na formação dos profissionais, na aquisição de materiais e equipamentos principalmente, assumindo “a competência de se fazer impor na escola” (FONSECA, 2009), mas acreditamos que estas duas parcelas, no máximo, de recursos não são suficientes para solucionar os problemas que ainda hoje envolvem as escolas num quadro situacional degradado e sem a infraestrutura mínima que garanta que melhorias possam ser efetivadas e vivenciadas em nossas escolas, nos ajudando a ultrapassar as compreensões de que se investirmos em equipamentos e infraestrutura, nossos problemas estarão resolvidos.

O PDE se “instalou” nas escolas brasileiras e acabou cumprindo sua função de principal mecanismo de descentralização financeira via Governo Federal e escola, no entanto, não se revelou como capaz de sanar as dificuldades encontradas e em muitas escolas passou a ser mais uma medida paliativa que ajudou, mas não foi suficiente para ajudar uma escola verdadeiramente de qualidade.

CONCLUSÃO

As informações que foram obtidas durante a realização da pesquisa nos levaram a fazer uma análise das relações que acabaram por se construir no espaço a partir da convivência do PDE Escola e do PPP, no entanto essas relações não foram fortalecidas no sentido de melhor organizar o trabalho pedagógico ou de fortalecer os elementos de gestão. O que vimos de forma geral foi a organização apressada de um plano com fins de adquirir recursos financeiros, que em certas circunstâncias lhe adquiria uma condição de autonomia, autonomia financeira, como se a autonomia não envolvesse também a questão pedagógica e administrativa da escola.

Nossa pesquisa nos permitiu observamos que o PDE foi visto unicamente como a possibilidade da escola ter insumos financeiros que lhe possibilitassem resolver situações emergenciais. Tal afirmativa justifica-se pela construção apressada do plano, com pouca participação dos envolvidos no processo educacional, com a elaboração de uma proposta frágil, pois não se percebe a interligação dos elementos constitutivos como: valores, visão de futuro, missão e objetivos estratégicos. Isso nos leva a acreditar que a proposta de elaboração do PDE Escola:

Desconsiderou o fato de que quaisquer modelos ou projetos que se instalem na escola dificilmente podem produzir efeitos qualitativos se não contarem com a adesão significativa das pessoas a partir da concepção, definição de critérios e planejamento coletivo (FONSECA, 2009, p. 281).

Como o PDE Escola foi elaborado antes do PPP da escola pesquisada ele acabou servindo de “apoio” na elaboração do PPP, dizemos isso, pois o diagnóstico do PDE foi utilizado para projetar as ações pensadas pelo PPP. Acreditamos que isso ajudou bastante a escola, pois ela já tinha um diagnóstico inicial, no entanto construir o PPP é construir a identidade da escola, isso requer participação, conhecimento das relações estabelecidas na escola e muitas vezes a inversão de estruturas de poder totalmente verticalizadas, estabelecidas no espaço escolar e a proposta do PDE Escola é mais estratégica, não necessitando de um aprofundamento desse “chão da escola”, desse conhecimento por dentro dela afim de que seja estabelecida sua identidade, enquanto identidade também de seus sujeitos.

No entanto a pesquisa nos evidenciou também que essa utilização de alguns elementos do PDE Escola para a elaboração do PPP não ajudou na consolidação de uma nova forma de organização do trabalho pedagógico, embora também tenha sido feito um esforço para que uma proposta fosse complementada pela outra, pois ao lermos as duas propostas percebemos que através do PDE Escola serão efetivadas algumas propostas compostas no PPP como a aquisição de material pedagógico e tecnológico e a formação sobre as novas tecnologias.

Observamos também que algumas propostas se repetem como é o caso da meta 13 do PDE Escola que se relaciona à elaboração e implantação do PPP da escola e avaliação bimestral das ações propostas no PPP, essa meta é registrada tanto no PDE Escola, quanto no PPP, o que nos evidencia que reforça que incluir a elaboração do PPP como meta não foi um simples erro e sim uma apropriação do PDE sem que fosse feita distinção entre os objetivos de cada um desses documentos. Essa situação nos dá a impressão de que a escola não discutiu com um grupo de elaboração, ou em plenárias, as metas e ações propostas, caso contrário certamente alguém identificaria a situação, mas a escola cometeu a falha duas vezes uma na meta e outra no estabelecimento de ações.

Mas não podemos deixar de destacar que ao estudamos o PDE Escola e o PPP observamos que há uma proximidade de algumas ações entre os dois, até porque eles também estão ligados a outros programas da escola como o Mais Educação e o Programa Escola Acessível, dando-nos a compreensão de que a escola já se lança ao desafio de ir mais além,

ultrapassando a tarefa de transmissão de conhecimentos, como foi pensada por muito tempo e isso nos ajuda na compreensão do debate sobre a autonomia e qualidade do ensino que foi o objetivo principal de nossa pesquisa.

NOTAS

- 1- O Fundescola foi criado em junho de 1997, com recursos internacionais na ordem de 1,3 bilhões de dólares. Esse Programa, fruto de Acordo do Banco Mundial com o MEC, prioriza todo o ensino fundamental, sendo composto de 21 (vinte e um) planos, programas e projetos (ver França, 2006).
- 2- A escola Rio Tocantins é considerada uma das maiores escolas do município de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries/ 6º ao 9º ano que atende alunos com deficiência para o processo de inclusão.
- 3- Segundo o site www.brasil.gov.br O Programa Segundo Tempo é um programa de incentivo ao esporte como fator de desenvolvimento da cidadania e de melhoria da qualidade de vida. Ações do Programa Segundo Tempo buscam aumentar a autoestima, habilidades motoras e condições de saúde dos participantes. Também incentivam a prática de atividades esportivas educacionais e a interação entre participantes como forma de garantir a inclusão social.

REFERENCIAS

FONSECA, Marília. É possível articular o projeto político- pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola? Reflexões sobre a reforma do Estado e a gestão da escola básica. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas** (orgs). Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

FRANÇA, Magna. A descentralização financeira e o Fundescola: o Plano de Desenvolvimento da Escola, Programa de Adequação dos Prédios Escolares e sua expansão no Rio Grande do Norte In: NETO Antonio Cabral (org). **Política Educacional no Brasil: compartilhando saberes e reflexões**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

OLIVEIRA, Ney Cristina. **A Política Educacional no cotidiano escolar: um estudo meso-analítico da Organização Escolar em Belém do Pará**. 2000. Tese de doutoramento - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

PDE da Escola Rio Tocantins. Igarapé – Miri, 2008.

PPP da Escola Rio Tocantins: Desafios e perspectivas de um fazer coletivo, democrático e inclusivo. Igarapé – Miri, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político - Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, dezembro 2003, v. 23, n. 61, p. 267-281. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

_____. (org.) **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus. 29ª edição, 2011.

XAVIER, Antonio Carlos da R.; AMARAL-SOBRINHO, José. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da escola**. 2 ed. Brasília: MEC,1999.